



# JORNAL DO SINPOL

JORNAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ANO XXIV – Nº 55 – DEZEMBRO 2019/JANEIRO/FEVEREIRO 2020 — Rua Riachuelo nº 191 B - Térreo - Centro - Rio - Tel.: 2507-0757

Filiado à



Email: [atendimento@sinpol.org.br](mailto:atendimento@sinpol.org.br)

Site: [www.sinpol.org.br](http://www.sinpol.org.br)

## Pauta entregue ao governo ainda não foi atendida

Os policiais civis entram o ano novo – 2020, sem terem suas principais reivindicações atendidas. A pauta já foi entregue no gabinete do governador Wilson Witzel e ao secretário da Polícia Civil, Marcus Vinícius. Sem efetivo para investigar adequadamente, o governo precisa abrir concurso para a PCERJ a fim de prestar um serviço melhor à sociedade. Os principais itens da pauta de reivindicações são:

1 - Atualização salarial: recomposição das perdas inflacionárias dos últimos 5 anos para ativos, aposentados e pensionistas. A revisão salarial é justa. O Sindicato defende que esta correção salarial não é vedada pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e nem pela Lei Geral das Eleições, tendo em vista que essas leis só impedem reajuste aos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano. O SINPOL já notificou da necessidade dessa revisão salarial, ao secretário de Polícia Civil, Marcos Vinícius.

2 - Plano de saúde – Custeado em 50% pelo Estado, e o restante pelo policial civil, já que a policlínica da categoria não tem emergência e nem internação; os agentes reclamam que em caso de sofrerem um acidente ou serem feridos em



Presidente Basndeira e secretário Marcus Vinícius, em março - quando a pauta foi entregue

combate, são atendidos em hospital público, muitas vezes ficando internado ao lado do marginal;

3 – Regularização do pagamento das metas e do RAS: sempre são pagos com atraso pelo governo estadual;

4 – Sem desconto do IR: Que o governo do Estado não desconte imposto de renda do RAS por ser verba adicional, assim como não é descontado a previdência dessa gratificação que é apenas um complemento salarial;

5 – Novos concursos - Realização urgente tendo em vista que o efetivo em todo estado é de aproximadamente 9.000 agentes. As leis estaduais 699/83 e a 3586/01 prevêem em um efetivo de 23.100 policiais civis;

6 – Aproveitamento dos inativos - Reaproveitamento dos aposentados em condições de trabalhar no serviço ativo, diante da necessidade de preencher as vagas existentes: assim como ocorre na PM e Forças Armadas que aproveitam seus inativos para serviços internos. Desse contingente atual de 9.500, cerca de 30% já recebem abono permanência e estão prestes a se aposentar.

7 – Promoção: menor tempo de progressão entre as classes para a promoção dos agentes. Muitos inspetores e oficiais de cartório reclamam que ficam quase 10 anos sem promoção. Recentemente o Estado ficou dois anos sem promover nenhum policial civil.

## Triênio: procure o SINPOL para a correção

O triênio dos policiais civis pode ser corrigido e calculado sobre os outros adicionais que recebem, e não apenas sobre o vencimento-base. Os interessados devem entrar em contato com o jurídico do SINPOL e marcar uma consulta com o advogado que atende às terças e quintas com hora marcada.

Um grupo de policiais já foi beneficiado por um escritório particular. A decisão favorável foi dada em primeira instância pelo Tribunal de Justiça, e o governo estadual ainda pode recorrer. Ao término do processo, os policiais terão direito ao

recebimento das indenizações corrigidas e referentes aos últimos cinco anos – mesmo prazo (5 anos) para os policiais que se aposentaram recentemente, senão cai o direito de ajuizar ação contra a Fazenda Pública – explica o advogado do Sindicato, Daniel Rodrigues.

De acordo com o Jurídico do SINPOL, esses policiais recebem no contracheque as gratificações de atividade perigosa e de habilitação profissional (GHP). Os cálculos do triênio não incidem sobre esses adicionais, entretanto essas

gratificações servem para base de cálculos dos descontos do imposto de renda e previdenciário.

O Jurídico do Sindicato explicou que, mesmo que o governo do Estado recorra, a decisão do Judiciário reconhece a natureza remunera-

tória das gratificações.

Portanto, vc que não é associado ao SINPOL, filie-se e procure o Sindicato para ter o seu triênio corrigido. Marcar consulta nos Tels: 2224-9571 ou 2507-0757.

## Licenças e férias são normatizadas por resolução

O Diário Oficial do Estado publicou dia 3/12 a Resolução 4478/2019 da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que normatiza o pagamento administrativo aos aposentados ou ex-servidores de valores referentes a férias e licenças-prêmio não gozadas, desde que o período não tenha sido utilizado para contagem em dobro da aposentadoria. Segun-

do a resolução, para receber o pagamento, a aposentadoria, demissão ou exoneração não pode ter ocorrido há mais de cinco anos. A indenização será calculada e referente ao valor do último contracheque da ativa. Alguns associados do SINPOL têm ganhado esses benefícios por meio de ações judiciais, conforme mostramos na página 7 desta edição.



**O SINPOL DESEJA  
A TODOS OS POLICIAIS  
E SEUS FAMILIARES  
Boas Festas e um  
Feliz Ano Novo!**

**SINPOL - 26 ANOS DE LUTAS**

Tel. 2224-9571

E-mail: [atendimento@sinpol.org.br](mailto:atendimento@sinpol.org.br)

[www.sinpol.org.br](http://www.sinpol.org.br)

Rua Riachuelo nº 191B -Térreo – Centro - Rio



Baner colocado em frente à Sepol (Centro) sempre dá um recado

Essa conta não é do servidor

Página 2

Delegacias novas sem manutenção

Página 3

Café da manhã com cestas e brindes

Página 4 e 5

Martha Rocha persegue sindicalista

Página 6

Vitórias do Jurídico passam de 500 mil

Página 7

## EDITORIAL

## Essa conta não é do Servidor

O governo Bolsonaro no afã de fazer o ajuste fiscal propôs a PEC 186 visando conter o crescimento das despesas obrigatórias para todos os níveis de governo. A PEC prevê a redução da jornada do serviço público com redução de vencimentos, suspensão de promoções, vedação de novas despesas obrigatórias e proibição de concursos a não ser em casos emergenciais

Altera também a chamada regra de ouro da Constituição de 1988, que é o dispositivo que proíbe o governo de contratar dívida para bancar despesas correntes, como salários e benefícios sociais. Com a PEC, caso seja verificado desequilíbrio nos indicadores da regra de ouro, haverá a adoção de um regime emergencial, com duração de dois anos, e adoção automática de uma série de medidas para conter o crescimento e expansão das despesas obrigatórias, em especial do investimento público em obras de infraestrutura.

A PEC altera profundamente com os direitos dos servidores, na medida em que traz: suspensão de progressão na carreira, proibição de concursos, vedação a pagamento de certas vantagens e redução da jornada com redução de salário (em até 25%). A proibição da progressão, no entanto, não atinge todos os servidores: juízes, membros do Ministério Público e policiais, entre outros, poderão avançar na carreira.

Entre as medidas permanentes está a inclusão das despesas com pensionistas no limite de despesas com pessoal. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, o conjunto dessas medidas poderá abrir espaço para transformar o estado atual em um “Estado servidor”, oferecendo serviços de qualidade à população.

Segundo o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, o problema do déficit poderia ser resolvido melhorando a arrecadação, combatendo os desvios e a sonegação, aumentando a fiscalização e fazendo a reforma tributária. Por que o ônus da reforma tem que cair nas costas dos trabalhadores do serviço público? Questiona o líder sindical.

Para ele, Bolsonaro virou as costas para os profissionais da segurança pública que votaram massivamente nele em 2018. Esta é a paga que lhes concede?

A PEC 186/19 encontra-se no Senado, com previsão de votação em 2020.

## SINPOL COBROU E ESTADO ABRE 864 VAGAS PARA A POLÍCIA CIVIL

A autorização para o concurso da Polícia Civil publicada nesta segunda-feira, dia 11, trouxe a confirmação de 864 vagas, aquém do anunciado em junho pelo governador Wilson Witzel da abertura de mil vagas para a corporação. De acordo com a Assessoria de Imprensa do Palácio Guanabara, a redução das oportunidades deve-se ao Conselho de Recuperação Fiscal que só autorizou o preenchimento de 864 vagas. Hoje, esse é o quantitativo que menos impacto financeiro causa ao Estado. Por outro lado, a SEPOL (Secretaria de Polícia Civil) afirmou que mais vagas poderão ser abertas durante o prazo de validade do concurso. “Pode ser que no decorrer do prazo, surjam mais vagas. Mas, no momento, só as 864 mesmo”, disse o secretário, delegado Marcos Vinícius.

Desde setembro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro está sob Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Diante dessa realidade, só podem ser supridas vagas para repor aposentadorias, mortes ou exonerações, sem grande impacto no orçamento do Estado.

As vagas publicadas no Diário Oficial

do dia 11/11, ficaram assim dispostas:

- Delegado de polícia – 47 vagas
- Perito legista – 54 vagas
- Inspetor – 597 vagas
- Investigador – 118 vagas
- Perito criminal – 20 vagas
- Técnico de necropsia – 16 vagas
- Auxiliar de necropsia – 12 vagas

Para o comissário Fernando Bandeira, presidente do SINPOL, desde os governos passados o Sindicato vem cobrando mais concursos para a corporação que opera no seu limite. Todas as delegacias funcionam com aproximadamente 1/3 do efetivo, prejudicando a investigação e apuração de crimes. E do contingente atual de 7 mil policiais, 30% está para se aposentar. Daí a necessidade urgente de novos concursos, diz Bandeira. “As vagas ofertadas estão muito abaixo do que precisamos, mas já é um avanço”, conta o sindicalista, lembrando que as Leis 699/83 (Lei Bandeira) e 3.586/01 prevêem um efetivo de 23 mil policiais civis em todo estado.



Alerj palco das grandes manifestações convocadas pelo SINPOL

## Sem efetivo adequado não há investigação eficiente

A falta de efetivo na Polícia Civil tem dificultado as investigações e atendimento nas delegacias do Estado. Segundo a última atualização da secretaria de Polícia Civil, hoje o efetivo é de apenas 7.500 policiais civis, entre agentes e delegados. E desse contingente 30% está para se aposentar. De acordo com um policial responsável pela estatística de uma delegacia da Zona Norte, “se todos se aposentassem de uma só vez a polícia ficaria engessada, fecharia as portas por falta de pessoal”. Sem uma investigação efetiva não há como identificar autoria de crime e entregar o criminoso ao judiciário. A Lei 699/83 previa um efetivo de 23 mil policiais civis,

sendo que subtraindo esse número do efetivo atual, chega-se a um déficit de 15.500 policiais civis em todo o Estado. Para que a Polícia Civil não entre em colapso é preciso concursos urgentes em todas as categorias como o SINPOL vem pedindo ao governador Wilson Witzel.

Desde o segundo mandato do ex-governador preso, Sérgio Cabral (2010/2014), o sucateamento da Polícia Civil foi ficando mais evidente. A dívida do Estado com fornecedores e prestadores de serviços foi crescendo e os salários atrasaram e deixaram de ser pagos a servidores e empresas. Uma das maiores conseqüências foi as delegacias fica-

rem sem os terceirizados que faziam a limpeza e o atendimento ao público na unidade policial. Até o síndico que administrava a delegacia ficou sem receber e abandonou seu posto, assim como as sociólogas, assistentes sociais e psicólogas, sobrecarregando o agente que tem que se desdobrar na apuração das ocorrências e atendimento no balcão da delegacia.

Sem manutenção adequada, muitas delegacias estão em péssimo estado de conservação e viaturas novas têm vida útil de três, quatro anos no máximo, na avaliação dos próprios policiais. Com isso, as garagens da Polícia Civil ficam abarrotadas de carros oficiais que vão se deteriorando com o passar do tempo.

## SINPOL na campanha contra o fumo

São muitas as doenças provocadas pelo nocivo hábito de fumar. As principais são as cardiovasculares, as pulmonares e os cânceres. Entre as pulmonares, além de problemas como a asma e bronquite, uma doença tem despertado a atenção dos especialistas. É a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, que, nas projeções da Organização Mundial

de Saúde, por volta de 2020 deverá ser a terceira principal causa de mortes no mundo. Nos últimos dez anos, ela foi a quinta maior causa de internamentos no Sistema Único de Saúde – SUS.

O SINPOL alerta! Pare de fumar, pratique exercícios e tenha uma vida saudável



## JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua Riachuelo nº 191 B - Térreo - Centro. CEP: 20.230-010 - TEL:(21)2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br — Site: www.sinpol.org.br

Diretor Redação: Fernando Bandeira – Edição: Claudio José – RG. MTE nº31.381 – Redação: Claudio José e Maria Helena

Fotos: Cláudio José e Bruno Maciel Colaborou: Berenaldo Lopes e Geordane Souza

Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira – Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ – Tiragem: 10 mil exemplares

## DIRETORIA EXECUTIVA 2018/2022

**Presidente** - Fernando Antonio Bandeira (Comissário), **Vice-Presidente** - Luiz Alberto Cutalo Prates (Inspetor), **Secretário Geral** - Luiz Otávio Antunes (Comissário), **Secretário Adjunto** - Renato Saldanha Alvarez (Comissário), **Tesoureiro Geral** - Leonardo Motta de Faria (Inspetor), **Tesoureiro Adjunto** - Daisy Lourdes Corrêa da Rocha (Oficial de cartório). **SUPLENTEs**: Humberto Giudice Fittipaldi Filho, Marcius de Carvalho Pereira **CONSELHO FISCAL** – **Efetivos**: Mario Castellano, Flavio Antonio Azedo do Amaral, Jonathas Simples de Oliveira Junior. **Suplentes**: Pedro Jesuino Ferreira, Raimundo Nonato Melo, Valter Escarlate. **CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA**: Natalício Ferreira de Araújo, Tadeu Pitanga da Silva, Gilson Rodrigues. **Suplentes**: Geraldo Ferreira, Gabriel Baptista da Rosa, Neirrobson Malheiros da Silva.

# Na Baixada, delegacias novas sem manutenção

Mais uma vez o SINPOL percorreu as delegacias da Baixada Fluminense, entregando o jornal da categoria e conversando com os policiais. As delegacias visitadas foram: Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF-Belford Roxo), 54ª DP Belford Roxo, DEAM BR, 59ª DP Caxias, DEAM Caxias, Perícia e IFP Caxias, 64ª DP São João de Meriti, DEAM SJM, 61ª DP Xerém, 62ª DP Imbariê, 65ª DP Magé e 66ª DP Piabetá. Na DHBF, apesar do prédio novo, inaugurado no início de 2019, o elevador está enguiçado há meses porque o Estado não faz a manutenção do prédio. São quatro andares que o cidadão precisa subir de escada para fazer uma denúncia ou prestar depoimento à

Delegacia de Homicídios da Baixada. Em muitos casos o comércio e as prefeituras ajudam as delegacias da Baixada com material de limpeza, de escritório e com pessoal para serviços gerais. Um policial da Delegacia de Caxias – que pediu para não ser identificado – disse que apesar da delegacia ser nova, o elevador não funciona há meses por falta de manutenção. Ele acrescentou que, a perícia de Caxias está abandonada pelo Estado, precisando de reformas urgentes. Este policial se interessou em entrar com ação pelo Sindicato para ter seu triênio corrigido. Os interessados que são filiados ao Sindicato terão assistência jurídica gratuita.

Já na DEAM de Belford Roxo, o comissário Carlos Pessoa informou que a delegacia ficou em primeiro lugar no quesito melhor investigação e apuração de crimes contra a mulher em 2018, avaliada desta forma pela extinta Secretaria Estadual de Segurança Pública. Entretanto, a DEAM Belford Roxo precisa de manutenção.

Paredes e teto estão descascando. Mas a delegacia foi informada que receberá verbas da SEPOL para as reformas necessárias em 2020. Na ocasião, o policial disse ao jornal do SINPOL que se arrependeu de votar em Bolsonaro. “Arrependi-me e muito – disse o comissário do GIC (Grupo de Investigação Criminal), Se pudesse voltaria atrás, garantiu. De acordo com Carlos, “este homem está piorando a previdência pública e privada do país. Modificou o pagamento das pensões. Imagine a viúva de um policial que já recebia 70%, 80% do salário do marido agora ter que receber 50% do que o policial recebia é uma maldade contra a família policial brasileira”, contestou com veemência. No entanto, elogiou o governo Witzel, que tem seu apoio.



“Bolsonaro nunca mais”, diz comissário Pessoa



DEAM de Belford Roxo precisando de reformas



Na G2 viaturas amontoadas se deterioram



Bancos rasgados na recepção da 64ª DP São João de Meriti



Por fora em bom estado. Mas, o elevador da 59ª DP Caxias não funciona



Sem atendentes, a recepção da DHBF fica vazia

## Parcerias recuperaram o IML de São Gonçalo

O IML de São Gonçalo é exemplo de como cada vez mais o estado abandona a polícia e as prefeituras assumem este lugar no fornecimento de matérias e reformas estruturais. As verbas para a manutenção das delegacias e órgãos da Polícia Civil não chegam, embora haja previsão orçamentária para 2020. No entanto, as delegacias que receberiam esses recursos para obras emergenciais ainda não foram definidas pela SEPOL – Secretaria de Polícia Civil. NO IML/PRPTC (Posto Regional de Polícia Técnica e Científica) de São Gonçalo que estava precisando de manutenção em sua estrutura física há anos, teve parte dos seus problemas solucionados graças à gestão do perito José Carlos Brasil Júnior, que assumiu o comando do IML no início do ano. Na ausência do estado nos últimos anos, o IML de São Gonçalo sofreu com a falta de manutenção e obras em seu prédio na Rua Cap. Juvenal Figueiredo nº 3381 – Tribobó.

### Gestão da nova direção trouxe resultados

O ar condicionado central sempre apresentava defeito e o mau cheiro de-



Prefeituras ajudaram a reformar todo IML/Perícia de São Gonçalo

corrente dos exames de necropsia chegava pelos dutos a todos os ambientes do IML / Perícia. Sem ajuda do estado, por falta de verbas, o diretor Brasil conseguiu com a prefeitura colocar ar condicionado separado em todos os setores, acabando com o cheiro insuportável que chegava até na recepção do Instituto. A Prefeitura de São Gonçalo também cedeu um auxiliar de serviços gerais que faz a limpeza na sala de necropsia e no recolhimento dos dejetos. Outra auxiliar de limpeza cedida pela prefeitura cuida



Equipe do SINPOL com o perito Brasil Júnior, diretor do IML-SG (C)

dos outros ambientes. A Prefeitura de Maricá é uma das grandes colaboradoras do IML. Reformou e pintou o prédio por dentro. Inclusive a nova sala de exame das vítimas de violência sexual e a sala de exame de corpo de delito foram totalmente recuperadas para um atendimento humanitário e acolhedor. A iluminação interna e externa foi potencializada com o auxílio das prefeituras, cujas cidades são cobertas pelo IML de São Gonçalo. Até o muro que margeia o terreno do instituto foi construído e

pintado pelo Exército Brasileiro e não pelo governo estadual



IML- Criação da sala rosa para exames de violência sexual. Com recursos da prefeitura de Maricá



Exército fez e pintou muro do IML SG

# Café da manhã: 200 policiais, aposentados e pensionistas



Associados e familiares lotaram o salão da ACM

O tradicional café da manhã do SINPOL, dia 6 de dezembro, levou ao salão da ACM Lapa mais de 200 pessoas, entre associados e familiares de policiais da ativa, aposentados e pensionistas. Um coffee break variado foi oferecido pelo Sindicato àqueles que se inscreveram em novembro: frutas diversas, pães, café, leite, frios e sucos tinham à vontade. Durante o a confraternização, o presidente Bandeira sorteou 20 brindes, entre eletrodomésticos e artigos de cama e mesa. Ao fim do evento, todos os associados inscritos receberam cerca de 150 cestas natalinas com 17 produtos. Quem não foi receberá depois no SINPOL.



Farto café da manhã foi oferecido pelo Sinpol



A diretoria do Sinpol com os advogados - Drª Goretti, Pedro Jesuino (Diretor), pres. Bandeira, Dr. Daniel, Leonardo (Diretor) e Luiz Martins



Bandeira (C) falou das vitórias do Sinpol no presente e no passado

## As lutas do presente e do passado

Bandeira abriu os trabalhos lembrando as vitórias importantes da categoria no passado, como a luta pela paridade entre inativos e ativos e a Lei 699/83 proposta por ele, quando foi parlamentar estadual pelo PDT. Esta lei vinculava o salário do inspetor em 60% e do APJ em 45% do que recebia o delegado, o que deu ao policial o melhor o melhor salário. O advogado do SINPOL por sua vez convidou os associados a conhecerem o trabalho do jurídico do SINPOL que vem conseguindo ações vitoriosas em favor dos sócios. Já o diretor, Március de Carvalho, chamou atenção para o aposentado que for bacharel em direito se inscrever na OAB, e poder atuar como advogado.

O comissário Orlindo disse que gosta de vir na confraternização de fim de ano do SINPOL para rever os amigos. Neste café da manhã encontrou seu colega da 7ª DP, comissário Oliveira Cordeiro, que não via há mais de 18 anos. Outro comissário, Nilo Dantas, disse que vêm todos os anos à confraternização do SINPOL, elogiando a organização do evento. Este ano, o café da manhã contou com a apresentação do cantor de MPB e Pop, Naldo da Hora, que escolheu um repertório de músicas antigas e atuais que agradou ao público que lotou as dependências da ACM.



(E) Getúlio Luiz recebe a caixa de ferramentas de Bandeira. Ao lado Leonardo Motta



Luiz Felipe (D) recebeu uma cafeteira das mãos do Dr. Daniel



Lindolfo Matos (E) foi sorteado com um espremedor de frutas



Nelzira Leslie ganhou uma batedeira entregue por Március de Carvalho



Todos receberam a cesta de Natal do SINPOL

## Os 20 brindes saíram para os seguintes associados

Sebastião Silva (Desconto de R\$ 200 em viagens da CVC), Helen de Assis (Batedeira), Alcides Aires (Jogo de Panelas), João Carlos Pereira (Jogo de Edredon), Ademir Teles (Ventilador), Sebastião Brito (Jogo de panelas), Jorge Éder da Cruz (Miniprocessador), Carlos Silva (Rádio Relógio), Alzir Ribeiro (Liquidificador), João Franco (Travessa de vidro), Maria José Santos (Furadeira), Nelzira Leslie Malta (Panela de Pressão), Edson Camasq (Sanduicheira), José Serafim (Jogo de Lençol), Luiz Felipe (Cafeteira), Lindolfo Neto (Espremedor de Frutas), Getúlio Luiz (Máquina de cortar cabelo), Dilson de Souza (Caixa de Som), Luzardo Novo (Ferro de passar), Juarez dos Santos (Cx de Ferramentas), e Jorge Luiz Santos (Pipoqueira).

## Sindmetal vai a leilão

# Palco da revolta dos marinheiros em 1964

Em relação à matéria publicada na coluna de Anselmo Góis dia 5/12/2019 no jornal O Globo, informando que o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio vai a leilão por dívidas com a Fazenda Nacional (INSS), cumpre esclarecer: Em 25 de março de 1964 ocorreu a revolta dos marinheiros, que foi o estopim para o golpe militar de 31 março de 1964. Nesse dia, o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, estava entre os dois mil marinheiros rebeldes. Vindo de Pernambuco, da Escola de Aprendizes de Marinheiros, chegou ao Rio em julho de 1963, com 17 anos e foi trabalhar embarcado no Porta Aviação Minas Gerais.

Os marinheiros comemoravam o 2º aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Entretanto, o Ministro da Marinha, Silvio Mota, proibiu a comemoração. O que era para ser festa se transformou em rebelião, com reivindicações de melhores salários, pelo direito de casar e contra os castigos físicos. Nesse dia, os marinheiros rebeldes, liderados pelo “cabo” Anselmo, receberam, a visita de João Cândido, o lendário marinheiro negro, responsável pela Revolta da Chibata, em 1910. Os marinheiros permaneceram no sindicato por três dias, dormindo no chão, sendo alimentados pelos moradores

do bairro de Benfica.

No segundo dia, veio um pelotão do Corpo de Fuzileiros Navais para reprimir o motim. Ao ouvirem o discurso do “cabo” Anselmo deixaram armas e capacetes na entrada do Sindicato e aderiram à revolta. No terceiro dia, veio uma guarnição com dezenas de soldados da Polícia do Exército. O comandante do pelotão deu o ultimato: ou saíam por bem ou saíam com uso da força. Cabo Anselmo se entregou e os amotinados o acompanharam sendo presos. Uma semana depois, houve o golpe militar que perdurou até 1984.

Quinta-feira 5.12.2019 | O GLOBO

10 | Rio

**ANCELMO GOIS**

Com Ana Cláudia Guimarães, Nelson Lima Neto e Tiago Rogero  
oglobo.com.br/anselmo E-mail: coluna.anselmo@oglobo.com.br Fotos: fotoanselmo@oglobo.com.br

**A classe operária fora do paraíso**

Foi a leilão, terça, a mando da 12ª Vara de Fazenda Pública por causa de dívidas de IPTU, o histórico prédio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, em Benfica. Não houve lances e haverá uma segunda rodada, dia 9, com lance inicial a partir de R\$ 500 mil. O sindicato foi fundado, acredite, em 1917, no calor da Revolução Russa. E viveu momentos importantes — antes de tombar em dívidas, também por representar um setor no Rio que, ao longo do tempo, foi definhando. O prédio, tombado como patrimônio estadual do Rio, foi palco, em 25 de março de 1964, de um episódio marcante às vésperas

do golpe militar: a Revolta dos Marinheiros. Dois mil deles — liderados pelo sergipano José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo (que, anos mais tarde, descobriu-se ser um agente infiltrado) — se amotinaram. Para muitos historiadores, foi a gota d’água para tomada do poder pelos militares.

**Anselmo Góis lembrou a Revolta dos Marinheiros, em 1964, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio**

# Martha Rocha, candidata do PDT, persegue sindicalista Bandeira

Causa estranheza a insistência do PDT em ter a deputada estadual Martha Rocha como pré-candidata a prefeita do Rio. Sem carisma e apelo popular contraria os princípios sociais e democráticos do partido de Leonel Brizola. Em visitas rotineiras às delegacias da capital, Baixada e interior dirigentes do SINPOL constataram que muitos policiais têm rejeição a seu nome. Alguns falam de seu autoritarismo e de perseguição no trabalho, quando ela era chefe de Polícia Civil, indicada e nomeada pelo ex-governador e atual presidiário, Sérgio Cabral, preso pela Operação Lava Jato carioca por corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Foi esta candidata a prefeita que mandou o ex-diretor do DEGAF – Departamento Geral de Administração

e Finanças – delegado Flávio Amaral, suspender o pagamento do presidente do SINPOL, comissário Fernando Bandeira, desde dezembro de 2012.

## Assembleia que decidiu greve em 2012 foi o estopim

Quando Bandeira entrou na Justiça para se defender foi que Flávio Amaral abriu processo contra o servidor na extinta CGU – Corregedoria Geral Unificada. Ao fim do procedimento interno a Corregedoria Geral mandou a polícia pagar os vencimentos de Bandeira desde que foram suspensos com juros e correção. A Justiça também deu ganho de causa, mandando o Estado pagar Bandeira. Até hoje o presidente do SINPOL está sem receber salários. A Polícia Civil descumpra até ordem judicial. E Martha Rocha é a principal responsável pela perseguição ao sindicalista.



A grande assembleia na Cinelândia, em 2012, puxada pelo Sinpol, que decretou a greve

Bandeira completou 50 anos de polícia em maio. Entrou na instituição em maio de 1969, sendo também fundador da Coligação dos Policiais em 1979 e do SINPOL, em 1993.

O ano de 2012 foi marcado por grandes mobilizações das polícias militares por todo o país. No Rio, três dias antes do Carnaval, uma grande assembleia unificada inédita com os policiais militares, bombeiros e policiais civis, foi feita graças ao carro de som do SINPOL. Na Cinelândia mais de 20 mil pessoas participaram da assembleia que decidiu pela greve na Segurança Pública. Martha Rocha, ex-chefe de polícia nunca perdoou Bandeira que ajudou a organizar com as outras forças a paralisação na segurança às vésperas do Carnaval de 2012. Daí sua implacável perseguição.

# Chega de Fakenews contra o SINPOL

Na última audiência de conciliação ocorrida na 3ª Vara do Trabalho do Rio (13/11), numa ação movida pelo Sindpol contra o SINPOL, quanto à representatividade sindical, não houve acordo, mesmo porque tramita no TRT do Distrito Federal o mesmo assunto, sem transitado em julgado. O jurídico do SINPOL entra com Recurso de Revista para que o Ministério Público do Trabalho reveja cuidadosamente todo caso. O Sindpol – nome fantasia, pois no Ministério do Trabalho aparece oficialmente como “Sindicato de Todas as Categorias Policiais do Estado do Rio de Janeiro” – tenta de todas as formas e meios emplacar a ideia que o SINPOL é o Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil, não servidores da PCERJ. Não é verdade. É

Fakenews! Todos os diretores e filiados do SINPOL são policiais civis cujas matrículas foram remetidas dentro do processo ao Judiciário e está a disposição de quem quer que seja.

De 1993, fundação do SINPOL, até o ano de 2006, quando surgiu o Sindpol, que reativou um sindicato que estava inativo, não houve nenhuma contestação e o SINPOL participava ativamente de todas as greves, reuniões e manifestações, representando os policiais civis. Portanto, esse Fakenews espalhado nas redes sociais de que o SINPOL não representa a categoria não cola.

## SINPOL sempre representou os policiais civis

Na avaliação do advogado do SIN-

POL, Dr. Daniel Rodrigues, “uma mentira repetida seguidas vezes pode pegar”, entretanto o Sindicato confia na Justiça para desfazer esse imbróglio, conta o advogado. Com essa retórica de que só o Sindpol representa os policiais civis do RJ essa entidade que já esteve sob o foco da Polícia Federal, na Operação Registro Espúrio, que apurava irregularidades na concessão de registros de sindicatos nos governos Dilma e Temer, acaba induzindo magistrados de primeira instância a erros grosseiros. Mesmo porque o que se discute na Justiça, além da representatividade sindical, é a unicidade sindical. Segundo o artigo 8º da Constituição Federal não pode haver dois sindicatos representando a mesma categoria em uma base territorial – no caso o estado.

# 2011: COLPOL FALTOU COM A VERDADE

Na década de 70 havia várias entidades da Polícia Civil representando os policiais: União dos Policiais (a mais antiga), Círculo Policial, Casa do Policial, Associação Federal de Polícia e Associação dos Detetives (Niterói). A reunião dessas entidades para tratar das reivindicações se chamava coligação dos policiais. Foi então, que em 1979, durante o plantão na Delegacia de Menores (Rua do Lavradio – Centro) que Bandeira, com Walter Heil, Raimundo Hirth e Paulo Kraus tiveram a ideia de criar uma nova entidade: a Coligação dos Policiais. Bandeira recebeu sugestão dos colegas e fez o estatuto da Coligação. E num Boletim da entidade, edição de dezembro de 2011 – sob o título “Com licença eu vou à luta” –, o ex-presidente da Coligação, Walter Heil, fala da história da Coligação e sequer cita o nome de Fernando Bandeira, fundador da Coligação.

Naquela época, as entidades recebiam a filiação de policiais civis e de qualquer servidor público para descontar a mensalidade. A ideia de Bandeira ao criar a Coligação, junto aos demais colegas, era para ter uma entidade só de policiais civis. No entanto, depois de alguns anos, a Coligação passou a receber como sócios qualquer funcionário público (municipal, estadual e federal), contrariando a proposta de filiar somente policiais civis.

## Meio bilhão para Segurança Presente

# Nada para Hospital ou Plano de Saúde

O governador Wilson Witzel anunciou que vai lançar o programa Segurança Presente nas Estradas, para reduzir os roubos de cargas nas rodovias do Rio. A iniciativa contará com operações diárias, envolvendo o apoio de helicópteros e equipes em terra de PMs. Segundo Witzel, “roubar carga em 2020 no Rio vai ser difícil, mas muito difícil”. Por “conta do programa que vamos implantar, haverá uma queda substancial nesse tipo de crime” – anunciou o governador que empregará R\$ 500 milhões para implementar o programa. En-

tretanto, não há verbas para hospital ou plano de saúde, reclamam os policiais nas delegacias.

### Policiais se queixam da falta de um plano médico

Na outra ponta, o policial civil continua sem hospital próprio e sem plano de saúde pago pelo Estado. Reivindicações antigas do SINPOL para que o governo volte sua atenção para o atendimento médico e de urgência ao policial, pois a policlínica que atende bem em várias especialidades, não tem emergência. Na última pauta de reivindicações entregue ao secretário

de Polícia Civil e ao governador, o Sindicato pediu que ao menos o Estado pagasse a metade dos custos com assistência médica, pois os agentes que trabalham na Baixada e interior dificilmente se deslocariam ao Rio para uma consulta médica. Nas delegacias que o SINPOL tem visitado muitos reclamam da falta de um plano médico ou hospital, já que o da Praça Mauá foi fechado em 2010 pelo ex-governador Sérgio Cabral. O plano de saúde atenderia a todos, da capital ao mais longínquo município do Estado do Rio.



Comissário Alberto (Decod), elogiou o trabalho do Sinpol e acha que o plano de saúde é o ideal

## SINPOL CONTRA FUSÃO DE DELEGACIAS

O SINPOL é totalmente contra a fusão de delegacias com poucos registros na capital ou interior, conforme noticiou o Extra em sua edição de 17 de novembro. De acordo com o presidente do Sindicato, comissário Fernando Bandeira, o que o Estado precisa é fazer mais concursos para tornar a Polícia Civil mais eficiente e ágil.

Com menos de 60% do efetivo previsto nas leis 699/83 e 3586/01, que é de 23 mil policiais civis em todo Estado, a polícia investiga pouco por falta de pessoal. Atualmente, sofre uma grave crise de efetivo com 7 mil agentes espalhados em 137 delegacias.

As delegacias operam com menos da metade do quantitativo de policiais necessários. Na opinião do SINPOL, bairros da Zona Oeste como Campo Grande e Santa Cruz deveriam ter até mais que uma delegacia para apurar melhor os crimes e contribuir com a diminuição da violência. Assim como em Campos e Volta Redonda, uma só delegacia não é suficiente para combater à criminalidade.

Outro problema é o sucateamento que ocorre desde o governo de Sérgio Cabral. Muitas delegacias estão em péssimo estado de conservação. Os terceirizados que faziam a limpeza e o atendimento ao público nas DPs

foram embora porque o estado não pagou as faturas pelos serviços prestados. Com isso, o policial se desdobra em dois: atender as pessoas no balcão e fazer o registro da ocorrência para iniciar a investigação. “Muitas vezes, aparece na delegacia briga de vizinhos ou de marido e mulher, obrigando o policial deixar seu trabalho para orientar as partes. Antes essa tarefa era feita por assistentes sociais e psicólogas que faziam o primeiro atendimento na unidade policial”, explica Bandeira.

•Nota do SINPOL publicada no EXTRA ON LINE DE 19/11/2019 e no site do sindicato: [www.sinpol.org.br](http://www.sinpol.org.br)



Com menos de 5 registros dia, DP de Santa Maria Madalena seria extinta, segundo governo

## Vitórias no Jurídico do SINPOL ultrapassam R\$ 500 mil

De janeiro a novembro deste ano o SINPOL fez 400 atendimentos jurídicos com mais de 50 ações encaminhadas à Justiça. Essas ações referem-se a triênios, Licença Prêmio, Resíduo da Gratificação de Delegacia Legal, férias não tiradas, atualização de pensões, trabalhista, civil, criminal, administrativo, família, juizado especial, entre outros. Entre as causas vitoriosas no período, de acordo com o advogado do SINPOL, Dr. Daniel Rodrigues, destacam-se:

**Justiça manda estado pagar R\$ 500 mil a associado** – o associado e inspetor aposentado SLM ganhou na Justiça a indenização de R\$ 500 mil, mais juros e correção monetária do tempo em que, na ativa, ficou sem receber férias e licença prêmio. Foram 17 meses sem tirar férias e 15 meses sem receber a licença prêmio. Recebendo ainda do Estado a devolução das custas processuais.

**Pensão atualizada por determinação Judicial** – Mais um caso de parida-

de ganha na Justiça, depois que a associada Maria da Glória reclamou com o advogado do SINPOL que não estava recebendo as diferenças salariais da última atualização em março de 2017. Filha de servidor não estava recebendo a pensão corrigida. O Juiz mandou pagar a paridade e a correção das diferenças salariais no valor de R\$ 9.258,62.

**Viúvo de servidora ganha paridade** – Carlos da Silva Ribeiro, pensionista de policial civil, estava recebendo a menor e entrou com ação pelo SINPOL pra receber seu benefício atualizado. Na sentença, o juiz determinou o pagamento corrigido da pensão, concedendo a paridade com o pessoal da ativa, como se viva a servidora fosse.

Por isso, é importante que os pensionistas se associem para ter segurança jurídica e assistência gratuita na defesa de seus direitos. Aposentados e pessoal da ativa, também devem se associar para assegurar o pagamento de seus benefícios.

## Aquisição de imóvel Minha Casa Minha Vida no SINPOL

O SINPOL fez convênio com empresa representante do Programa Minha Casa Minha Vida para os filiados do SINPOL e seus dependentes que quiserem adquirir imóvel novo com financiamento da Caixa Econômica Federal. Familiares de associados que tiverem FGTS podem entrar com o benefício e completar o valor do imó-

vel com os recursos da Caixa. São casas e apartamentos entre R\$ 120 e R\$ 150 mil em diversos bairros do Rio e Baixada Fluminense. Para se habilitar é preciso ter o nome limpo no SPC/SERASA e renda familiar mínima entre R\$ 1.600,00 e R\$ 2.959,00. Com esta oportunidade o sonho da casa própria ficou mais próximo.



Presidente Bandeira, José Corsino, da Sua Casa Nova, e Andréia, secretária do Sinpol

## Convênios e Descontos

Vários descontos são oferecidos aos associados do SINPOL que para terem acesso aos benefícios terão que pegar o encaminhamento no Sindicato à Rua Riachuelo, 191 – Térreo, Centro

**Colégio Pinheiro Guimarães:** Associados e familiares têm direito a 50% de desconto na formação regular que vai da creche a faculdade, assim como nos cursos técnicos e livres. Os interessados devem pegar encaminhamento no SINPOL.

**Academia do Concurso Público:** Nos cursos preparatórios para concursos o desconto é de 20%. Mais informações no Tel: 22249571

**Colégio e Curso Tamandaré:** Os filhos dos associados têm direito a 30% de desconto da 4ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. O mesmo abatimento para o curso pré vestibular e preparatório para escolas militares, técnicas, CAP da UERJ e UFRJ. Válido para as unidades do Centro e do Méier

**Faculdade e Colégio Simonsen:** Vários cursos de 3º Grau com desconto entre 50% e 70% nas mensalidades

**Oftalmologista:** Exames oftalmológicos com 30% de desconto são feitos no Centro do Rio e em Niterói.

**Atendimento jurídico:** O atendimento jurídico gratuito é feito para associados às terças-feiras das 10h às 13h e às quintas-feiras, das 14h às 17h. O advogado responsável pelo atendimento é o Dr. Daniel Rodrigues. Para ser atendido basta apresentar a carteira de associado ou o último contracheque.

**Atendimento dentário:** Um consultório moderno para implantes e outros serviços com desconto de 30% está à disposição dos associados e dependentes

**INE/RJ:** 30% em todos os cursos, exceto de inglês básico. Tem cursos com maior desconto que podem chegar até 70%.

**Desconto de 50% na ACM Lapa:** em várias atividades como natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, musculação, entre outras.

## Na ACM Lapa, sócio do SINPOL tem 50% de desconto

Os associados do SINPOL pagam a metade do preço nas atividades da ACM Lapa referentes ao Plano Pleno, com direito às seguintes atividades: natação, ginástica (exceto musculação), hidroginástica, e esportes de quadra. De acordo com a faixa etária, os preços também mudam. De 6 a 20 anos – R\$ 151,00; de 21 a 24 anos – R\$ 176,00; de 25 a 34 anos – R\$ 239,00; e de 35 a 59 anos – R\$ 290,00. Acima de 60 anos – R\$ 239,00. Em cima desses preços o associado ao Sindicato tem direito a 50% de abatimento na mensalidade por força do convênio entre o SINPOL e a Associação Cristã de Moços - ACM Lapa.

Quem quiser fazer musculação é acrescentado R\$ 51,00 no valor já com desconto.



## SINPOL continua com dentista para associados



Qualidade e limpeza fazem a diferença no consultório do Centro

Os associados e seus dependentes têm direito a tratamento dentário gratuito padrão em consultório no Centro, graças à parceria feita entre o SINPOL e o consultório do Dr. Givago Yuri. Para os casos mais complexos como blocos, implantes, entre outros, haverá um preço bem abaixo do mercado. Estarão cobertos obturações, extrações, restaurações, tratamento de gengiva, de canal de canino, além de outros procedimentos cirúrgicos.

Os interessados devem pegar encaminhamento na secretaria do Sindicato - Rua do Riachuelo nº 191 - térreo - Centro. Horário: das 8h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Tels: 2224-9571 ou 2507-0757.

# Uma DEAM a cada 12 municípios no Brasil

O Brasil possui uma delegacia com atendimento à mulher a cada 12 municípios, o que totaliza 499 distritos policiais especializados distribuídos por 447 cidades pelo país. Desses, 368 são unidades Deam (Delegacia Especial de Atendimento à Mulher), que possuem serviço exclusivo, e 131 são núcleos especiais, postos ou departamentos com mais de um segmento de investigação funcionando dentro de delegacias comuns da Polícia Civil dos Estados.



DEAM Centro RJ - uma das mais procuradas pelas mulheres

De acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015), a meta traçada pelo governo federal era chegar a 10% dos municípios com alguma delegacia ou núcleo especializado em ocorrências envolvendo mulheres. Ou seja, com uma unidade a cada 12 municípios (8% de atendimento), o país está pouco abaixo dessa meta.

A maior concentração é observada em São Paulo, onde há 120 especializadas distribuídas por 112 municípios. Em números absolutos, o Estado de São Paulo tem o dobro

de delegacias em comparação com Minas Gerais (61).

### No Rio são 17 DEAMs em todo Estado

Já no Rio, são 17 delegacias especiais de atendimento à mulher em todo Estado. Muito pouco se levarmos em consideração os altos índices de criminalidade na capital e região metropolitana. Se o governo Witzel levar adiante a proposta de fundir delegacias com menos registros com as que tem mais ocorrências, esse número pode cair ainda mais, o que

é preocupante na avaliação da diretoria do SINPOL.

Os dados indicam também que uma mulher é agredida a cada 15 minutos no Estado do Rio de Janeiro, com o registro de 39.646 casos de lesão corporal dolosa e lesão seguida de morte de janeiro a dezembro de 2018. No Ano Internacional da Mulher Vítima de violência doméstica não deixe que esse abuso continue. Denuncie na Delegacia da Mulher mais próxima qualquer agressão física ou moral.

## 4º CEGECOM capacitará 100 comissários na Acadepol

A quarta turma do Curso Executivo de Gerenciamento de Comissários (CEGECOM) está acontecendo na Acadepol com 100 policiais que se inscreveram em novembro, ocasião em que foram promovidos a comissário 156 inspetores e oficiais de cartório de 2ª classe. São duas turmas de 50 alunos com aulas às segundas, quartas e quintas, das 8h às 17h. O término do curso está previsto para antes do Natal, dia 18/12. A SEPOL (Secretaria de Polícia Civil) já programa às 5ª e 6ª turmas do curso de comissário para o primeiro semestre de 2020, segundo informou o presidente da Unicompol (União dos Comissários) Franklin Bertholdo.



Em outubro, 156 policiais foram promovidos a comissário



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: 2224-9571

IMPRESSO